

A eficácia das provas provinciais na avaliação de competências dos alunos da 12^a classe - análise da percepção dos professores, um ponto de partida: Caso das Escolas Secundárias de Lhanguene e da Zona Verde

The effectiveness of provincial tests in assessing the skills of 12th grade students - analysis of teachers' perceptions, a starting point: Case of Lhanguene and Zona Verde Secondary Schools

La eficacia de las pruebas provinciales en la evaluación de las competencias de los estudiantes de 12^o grado - análisis de las percepciones de los docentes, un punto de partida: Caso de las escuelas secundarias de Lhanguene y Zona Verde

Jorge Mussoho¹

José Gonçalves Joaquim²

Ornila Domingos Verol Sande Liasse³

Artigo Científico

Linha de pesquisa: Prática Pedagógica, Currículo e Formação de Professores

Resumo

O presente estudo, visa analisar a percepção dos professores a respeito da Eficácia das Provas Provinciais na Avaliação de Competências dos alunos da 12^a classe. A pesquisa teve lugar na Província e Cidade de Maputo envolvendo vinte e quatro professores das Escolas Secundárias da Lhanguene e Zona Verde. A colecta de dados foi feita a partir de questionários contendo perguntas fechadas e

¹ Universidade Pedagógica de Maputo, Mestre em Avaliação Educacional pela Universidade Pedagógica de Maputo; Professor. E-mail: jorgemussoho9@gmail.com; contactos (+258) 842222217 e +258 872222017.

² Universidade Pedagógica de Maputo, licenciado em Ciências da Educação, zeinguane@gmail.com, professor e gestor educacional; contacto: +258840414401.

³ Universidade Pedagógica de Maputo, PhD em Educação/Currículo pela UPM; Foi Chefe de departamento pedagógico na faculdade de educação e psicologia na UPM, actualmente é assessora do Ministro de Ensino Superior, Ciências e Tecnologias. Email: ornilas@gmail.com; contacto: +258865533940.

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337**

entrevistas meio de um roteiro contendo perguntas abertas. Da análise de dados e depoimentos dos entrevistados concluiu-se que os professores denotam subjectividade na gestão das destas provas, tanto pelos critérios de selecção de professores que as elaboram, quanto de selecção das matérias por avaliar. Em função dos seus objectivos, concluiu-se que as Provas Provinciais visam essencialmente acompanhar o cumprimento dos programas de Ensino e familiarizar os alunos aos exames e não avaliar competências dos alunos.

Palavras-chave: Eficácia; Provas Provinciais; Avaliação; Competências.

Abstract

The present study aims to analyze teachers' perception regarding the Effectiveness of Provincial Tests in Assessing Competences of 12th grade students. The research took place in the Province and City of Maputo involving twenty-four teachers from Lhanguene and Zona Verde Secondary Schools. Data collection was done using questionnaires containing closed questions and interviews using a script containing open questions. From the analysis of data and testimonies from those interviewed, it was concluded that teachers demonstrate subjectivity in the management of these tests, both due to the selection criteria of teachers who prepare them, and the selection of subjects to be assessed. Depending on their objectives, it was concluded that the Provincial Tests essentially aim to monitor compliance with the Education programs and familiarize students with the exams and not to evaluate students' skills.

Keywords: Efficacy; Provincial Tests; Assessment; Skills.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo analizar la percepción de los docentes sobre la Eficacia de las Pruebas Provinciales en la Evaluación de Competencias de los estudiantes del grado 12. La investigación se llevó a cabo en la provincia y ciudad de Maputo y contó con la participación de veinticuatro profesores de las escuelas secundarias de Lhanguene y Zona Verde. La recolección de datos se realizó mediante cuestionarios con preguntas cerradas y entrevistas mediante un guión con preguntas abiertas. Del análisis de datos y testimonios de los entrevistados, se concluyó que los docentes demuestran subjetividad en el manejo de estas pruebas, tanto por los criterios de selección de los docentes que las elaboran, como por la selección de las materias a evaluar. Dependiendo de sus objetivos, se concluyó que las Pruebas Provinciales tienen como objetivo esencialmente monitorear el cumplimiento de los programas de Educación y familiarizar a los estudiantes con los exámenes y no evaluar las habilidades de los estudiantes.

Palabras clave: Eficacia; Pruebas Provinciales; Evaluación; Habilidades.

Introdução

A noção de competência contribui para um novo significado de escola que já não se ajusta à trilogia do saber-fazer (ler, escrever e contar), a qual fundamentou a escolaridade obrigatória do século XX. A meta principal da escola de hoje não é, assim, ensinar conteúdos, mas desenvolver competências que permitam ao sujeito alcançar sucesso pessoal e profissional. Visa permitir a cada um aprender a utilizar os seus saberes para actuar com eficiência (Costa, 2004) *apud* (Dias, 2010). Contudo, construir competências é um processo que deve estar presente em todos os momentos da vida do aluno, quer na sala de aula ou fora, e por esta razão, a sua

abordagem é feita de forma transversal e deve ser acompanhada pela avaliação, enquanto processo dinâmico, sistemático, organizado e planificado de reflexão sobre uma determinada actividade, cuja finalidade é detectar problemas e propor um conjunto de soluções que se revelam adequadas, tendentes à melhoria da sua qualidade.

Referente à sua avaliação, Peralta (2001) *apud* Mendonça, (2007), referencia que a avaliação de competências deve abranger a observação dos alunos em acção, em diversas situações as mais próximas da realidade, a aplicação de diversos instrumentos e formas avaliativas de forma integrada, que incidam sobre o que é mais relevante no currículo normalizado e no currículo real, e que permitam a recolha de informação relevante sobre a evolução global do aluno, na sua aprendizagem. Corroborando, Roldão (2008, p. 50), ao se referir sobre os instrumentos de avaliação de competências, é categórico ao dizer que “não se avalia uma competência listando perguntas ou pedindo exercícios mais ou menos mecânicos que supostamente indicam se o aluno ‘sabe a matéria’, mas sim deve-se partir de uma clara definição dos objectivos em termos das competências pretendidas, e no desenvolvimento do trabalho das aulas de modo a orientar nesse sentido”.

Na realidade moçambicana, não obstante, encontrar-se reflectida a visão de Menegolla e Santanna (2003) no texto curricular do Ensino Secundário Geral (ESG), que cordo com MEC-INDE (2007), o mesmo, objecta dar resposta pontual às solicitações sociais, políticas, económicas e do próprio mercado de trabalho e traduz as aspirações da sociedade no sentido de formar cidadãos responsáveis, activos, participativos e empreendedores, sendo que com efeito, a preparação do jovem passa pelo desenvolvimento de competências orientadas para a sua realização pessoal, para sua integração bem-sucedida numa sociedade em mudanças rápidas e para as novas dinâmicas do sector laboral, e porque a avaliação das aprendizagens integra o desenvolvimento curricular, foi introduzidas através da Instrução Ministerial Nº 1/2012, de 15 de Janeiro⁴, a Política⁵ de Provas Províncias, que na síntese de Omar e

⁴ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE - Ministério da Educação. Instrução Ministerial nº 01/2012: Atinente a Realização de Avaliações finais do 1º e 2º trimestre no ensino primário e secundário.

⁵ Política é o conjunto de decisões, planos, metas ou acções governamentais voltadas para a resolução de problemas interesse público (DIAS e MATOS, 2012). Na perspetiva dos mesmos autores, como área de saber, as Políticas da Educação consideram-se ramo intermediário entre as Ciências da Educação e a Ciência Política especializada na análise dos projetos governamentais no campo educativo ou

Carangueza (S/D), esta decisão surge da necessidade de melhorar o aproveitamento dos alunos nas escolas públicas, como resultado das altas taxas de reprovações nas classes com exame no ensino secundário geral (ESG), principalmente nas disciplinas de Matemática, Física, Química e Biologia e embora diga-se que o principal objectivo desta estratégia é incentivar aos professores a desenvolverem nos alunos as competências básicas de aprendizagem e familiarizá-los com avaliações externas e prepará-los aos exames do fim do ciclo;

Portanto, atendendo à essa vaga de ideias dos professores sobre a política de Provas Provinciais aliada à necessidade de avaliar as competências dos alunos naquele nível de ensino e considerando que sucesso da implementação desta política depende, dentre vários factores, da correcta compreensão do professor – actor chave, cabe neste momento formular o seguinte problema de investigação: Que percepção têm os Professores sobre a Eficácia das Provas Provinciais para a Avaliação de Competências dos Alunos da 12^a classe?

O interesse pelo estudo sobre as Provas Provinciais, na vertente da análise da percepção dos professores, surge no âmbito dos pesquisadores, quererem perceberem como funciona a Avaliação das Políticas Educativas, onde ficou claro que o ciclo das Políticas Educativas passa pelo levantamento e análise do significado que lhes é atribuído pelos actores envolvidos na formulação e implementação.

Portanto, estudar a Percepção dos Professores sobre a Eficácia das Provas Provinciais na Avaliação de Competências dos alunos da 12^a classe, não objecta terminantemente identificar os dilemas de percepção da avaliação de competências, nem dos procedimentos conducentes à elaboração das provas pelos diferentes actores e de forma nenhuma pretende-se com o estudo, avaliar o desempenho dos professores. Mas, a partir de introspecção temática, pretende-se contribuir para melhorar a actuação de todos envolvidos no processo pedagógico (planificar, ensinar, aprender e avaliar).

Por isso, esta pesquisa é de suma importância para os pesquisadores à medida que proporcionará através da análise da literatura, informações relevantes sobre a avaliação de competências, informações estas que serão úteis para o desenvolvimento consciente desta prática ao longo da sua actividade docente, ainda

ainda, como a disciplina que se propõe a analisar e dar sentido ao conjunto de normas reguladoras entre o Estado e a sociedade no campo educacional.

assim, adotará os pesquisadores de arcabouço literário julgado significativo que lhe permitirá intervir em debates temáticas sobre esta prática no Ensino secundário geral (ESG).

Socialmente, a pesquisa é relevante na medida em que com a descoberta e aproveitamento das reais potencialidades desta política de avaliação no ESG, pelos professores, abre-se a possibilidade de um exercício mais consciente, eu pode concorrer para a formação de alunos com conhecimentos, capacidades, habilidades e atitudes transversais, capazes de implementá-los a nível da comunidade na resolução de problemas concretos, quer sejam propriamente seus, ou mesmo, os advindos da comunidade.

Também, o acesso aos resultados desta pesquisa à sociedade em geral, poderá - devia - estimular o profundo debate social em busca da resposta da questão da própria sociedade de que a escola faz parte: para que serve a formação que a escola oferece, em que competências individuais e sociais se traduz - ou não? (Roldão, 2008).

Foi definido como objectivo geral do estudo: analisar a percepção dos professores sobre a eficácia da Provas Provinciais na avaliação de competência dos alunos da 12ª classe. E para a concretização deste objectivo, foram definidos os objectivos específicos seguintes: (i) Descrever o processo da Avaliação de Competências no PEA; (ii) Identificar os procedimentos de elaboração das propostas de Provas Provinciais da 12ª classe nas Escolas Secundárias de Lhanguene e Zona Verde; (iii) Identificar o significado que os professores atribuem as Provas Provinciais na Avaliação de Competências dos alunos da 12ª classe nas Escolas Secundárias de Lhanguene e Zona Verde.

Fundamentação Teórica

Na fundamentação teórica pretende-se fazer uma abordagem analítica do estado da arte do desenvolvimento da ciência quanto ao processo de avaliação de competências com recurso as Provas Provinciais.

A Avaliação de Competências no Processo de Ensino-Aprendizagem

De acordo com Roldão (2008), a avaliação de competências não é, pois, um processo em si mesmo distinto da avaliação geral. Avaliar competências não obriga a focar a avaliação, naquilo que o ensino conseguiu. Nessa ideia, não se avalia uma competência listando perguntas ou pedindo exercícios mais ou menos mecânicos que, supostamente indicam se o aluno 'sabe a matéria'. O esforço começa na clarificação dos objectivos em termos das competências pretendidas, e no desenvolvimento do trabalho das aulas de modo a orientar nesse sentido.

Ainda na opinião do autor anteriormente citado, avaliar competências não é em si uma complexidade maior, mas sim, de uma análise mais fina e permanente do que é feito e para quê, que se pretende que os alunos aprendam, de que se quer que fiquem capazes, ao organizar determinado trabalho ou tarefa? E como é que um dado instrumento ou tarefa de avaliação pode mostrar que ficaram realmente capazes? Como podem mostrar domínio dessa competência na questão ou tarefa que lhes foi colocada, que logicamente passa por um conteúdo, mas o orienta nesse sentido? (Roldão, 2008).

Assim, avaliar competências na disciplina pressupõe colocar um aluno perante uma questão tipo Situação-Problema, para que ele demonstre a mobilização de conhecimentos adquiridos e as suas capacidades, ao desenvolver as situações problema, integrando-as nos temas a abordar e, ao mesmo tempo, estar envolvido no processo avaliativo, em termos de progresso da aprendizagem (De Sousa, 2013). Ou seja, avaliar uma competência complexa, é no pensamento de Peralta in Abrantes e Araújo et al. (2001, p. 28), ter em conta não somente os diversos saberes e saberes-fazer que a constituem, mas também os traços de sensibilidade, da imaginação, da opinião pessoal e da afectividade do aluno. Pressupõe o agir em situação mobilizando, nessa acção, de forma integrada e equilibrada, conhecimentos, capacidades, procedimentos e atitudes, para se tornar competência demonstrada. Avaliar uma actuação competente pressupõe, nesse caso, uma situação que permita observar o modo como o aluno o enfrenta.

Mendonça (2007) e Sousa (2013), comungam a ideia de que a avaliação de competências, essencialmente formativa, uma vez que permite ao aluno a sua auto-avaliação e ao professor uma avaliação reguladora e deve assumir a função de orientar, regular e certificar as aprendizagens: Orientar as aprendizagens surge no sentido de uma avaliação diagnostica, porque para a aquisição de novas

competências é necessário averiguar primeiro quais as capacidades, saberes e saber-fazer que os alunos dominam. Regular as aprendizagens aparece no sentido de uma avaliação formativa, em que alunos e professores detectam quais as aprendizagens a serem melhorados. Certificar as aprendizagens surge no sentido de uma avaliação sumativa consoante a forma de atribuição de valor que cada instituição assume.

Sintetizando as visões de Peralta in Abrantes et al. (2001), Mendonça (2007), Roldão (2008) e Sousa (2013), a avaliação de competências tem por base vários tipos de instrumentos, como os testes escritos; os relatórios; os trabalhos de grupo; as grelhas de observação, o diário de aula, que tanto do aluno como do professor, consiste em um instrumento de registo de informações diversas sobre o discente, sendo evidenciadas as dificuldades, os êxitos, as opiniões, os conhecimentos, as atitudes ou actividades mais significativas do professor, como o ambiente pedagógico na sala de aula, as relações entre os alunos relativamente a tarefas e respectivos contextos de realização; dos portefólios como elementos de registo do processo evolutivo da aprendizagem dos alunos ao longo do ano lectivo ou do ciclo de estudos. Estas actividades podem ser os trabalhos de pesquisa, os relatórios, os cartazes, os jornais de parede, as comunicações orais, os debates, entre outros, sempre com o intuito de o aluno ser o construtor da aula. O diálogo entre o aluno e o professor ou entre a turma e o professor, apoiado em várias questões orientadoras para medir o nível de aprendizagem.

Avaliação Externa - Provas Provinciais e os Procedimentos de Avaliação de Competências

As Provas são formas de avaliação em que o aluno responde a um conjunto de questões ou tarefas que lhe são apresentadas. Portanto, designa-se Prova Provincial à avaliação periódica trimestral, realizada no ESG no 1º e 2º trimestre, cuja responsabilidade para sua elaboração compete ao órgão de nível provincial que superintende a área da Educação (Artigo 10, 15 e 22, DIPLOMA MINISTERIAL N.º 59/2015).

Prescreve a Instrução Ministerial N.º 1/2012, que as [1] DPEC's devem elaborar os Termos de Referências para a selecção de professores para a elaboração dos testes; as mesmas [2] DPEC's devem elaborar avaliações, seleccionadas a partir das

propostas recebidas de várias escolas dos distritos da província. [3] As propostas devem ser discutidas e aprovadas em painéis compostos por cinco professores de cada disciplinas e de reconhecida competência⁶.

A questão das avaliações externas, reguladoras do sistema não constitui um obstáculo a um trabalho escolar orientado para competências, mas pelo contrário, torna-se indispensável nesse contexto e só uma aferição trans-escolar permite comparar resultados e saber qual o grau global de sucesso da escola na consolidação ou consecução dessa competência essencial para toda a população (Roldão, 2008).

Embora se abra a possibilidade de que se possa trabalhar de acordo com decisões próprias em cada escola e segundo situações concretas, e mesmo incorrendo em diferença de nível não impossibilita a submissão destes a uma mesma avaliação comum, Roldão (2008), acrescenta que a questão que se pode e deve colocar ao sistema não é, pois, a redução ou desaparecimento de 'exame' ou outro tipo de avaliações externas, mas sim a natureza dessas provas que, na tradição centralista e prescritiva, têm tendido a ir ao sabor de uma prática curricular exaustiva, questionando mais o domínio de conteúdos do que as competências que, através deles, se exige que os alunos manifestem.

Porém, a prática da avaliação escolar presente nos dias actuais, tem pouco a ver com a avaliação, ela é basicamente construída de provas/exames, cuja finalidade é de verificar o nível de desempenho do educando em determinado conteúdo e classifica-lo em termos de aprovação ou reprovação, por conceitos, notas ou algo semelhante, para excluir ou incluir (Neto & Aquino, 2009⁷; Souto-Maior, 2010).

Neste contexto, a avaliação da aprendizagem realizada indica uma simples verificação quantitativa daquilo que o aluno aprendeu dos conteúdos abordados, avalia-se o resultado final, e não o processo, levando-se em consideração os aspectos técnicos da avaliação (Neto & Aquino, 2009).

Sem dúvida, esses métodos de avaliação provocam no aluno situações de ansiedade e stress (Nhapulo *et al.*, 2004), onde o mesmo é pressionado em mostrar

⁶ No *continuum* do Desenvolvimento Profissional do Professor compreende MACHANGUANA (2017), que um professor se torna competente no 3º ou 4º ano de ensino, quando a serviço de sua experiência escolhe conscientemente o que deve fazer e pode isolar os acontecimentos chave na condução do trabalho docente.

⁷ NETO, Ana L.G.C e AQUINO, Josefa de L.F. A Avaliação da Aprendizagem como um ato amoroso: O que o professor pratica? In Educação em Revista. Nº 25. Belo Horizonte. Ago. 2009. P.223-240

conhecimento do conteúdo em algumas horas sob um ambiente de observação, deve provar sua provável capacidade de resolver questões que foram cuidadosamente feitas pelo professor (Roldão, 2008).

Dessa forma, os estudantes dedicam-se aos estudos não porque os conteúdos sejam importantes, mas sim, porque estão ameaçados por uma prova, sendo notórios os casos de alunos que demonstram domínio de conhecimento dos conteúdos apresentados por seus professores, porém no dia de sua avaliação seu desempenho é comprometido pela falta de controlo psicológico como advoga Souto-Maior (2010). Acrescenta este autor que, disponibilizar demasiado tempo e energia de professores e alunos no que diz respeito à elaboração, resolução e correcção de provas e exames torna esse método não muito produtivo, onde poderia ser utilizado toda essa preparação da avaliação para a transmissão de conteúdos úteis ao processo de ensino. Ressalta igualmente o alto grau de subjectividade de muitas questões formuladas nas provas/exames, tornando extremamente difícil analisar o desempenho do aluno já que o professor atribui décimos como referência ao nível de conhecimento dos mesmos.

Nestas situações, muitos alunos, não interessados em aprender, estimulam-se ao uso de sorte em suas avaliações nas questões de múltipla escolha, utilizando uma das falhas desse método onde é rotineira a tentativa de acertar as respostas pela intuição (Senguaio, s/d; Nhapulo *et al.*, 2004), quando não, ocorre o uso de fraudes durante o período de exames e provas, à semelhança do descrito pelo JORNAL O PAÍS (2016), sobre a anulação de Provas Provinciais em trinta e seis escolas na Cidade da Matola, deixando uma sensação não agradável no relacionamento professor e aluno de não existir confiança na sala de aula – só para citar um exemplo.

Os professores passam a ensinar em função das provas na medida que ficam preocupados em demonstrar a maneira aceitável de serem respondidas respectivas questões, tornando o aprendizado uma mera adestrção de alunos que são preparados momentaneamente para suas provas e exames, deixando a fixação de conteúdos importantes para segundo plano. Dentre outras críticas dos procedimentos de avaliação mais utilizados, é o facto de frequentemente serem apresentados desvinculados dos objectivos curriculares da classe ou disciplina, o alto grau de subjectividade das questões elaboradas dificultando dessa forma parâmetros de correcção, não havendo preocupação em desenvolver o saber dos alunos, e por

consequência retardando o avanço dos mesmos segundo o seu próprio ritmo de aprendizagem (Souto-Maior, 2010).

Ao se focar na actuação do professor, Souto-Maior (2010), afirma que a liberdade concedida a muitos professores é factor de injustiças na medida que são formuladas questões que não estão adequadas à realidade das aulas ministradas, e não possuem o objectivo de avaliar o conhecimento dos alunos em termos de competências, mas sim, demonstrar que os mesmos não têm domínio suficiente da disciplina que seu professor lecciona. Esse factor deixa clara a insegurança de muitos educadores em relação às aulas.

Aspectos importantes como desenvolvimento da inteligência dos alunos são deixados de lado, reavivando assim a visão etimológica da avaliação (Kraemer, 2006 *apud* Oliveira, Aparecida & Souza, 2012) focada somente ao controle de retenção de conhecimentos em provas e exames que buscam provar o nível de conteúdo adquirido pelos estudantes, o que não é muito eficaz sendo utilizado dessa maneira.

Comungando com aceção anterior, Rabelo (2004) *apud* Neto e Aquino (2009), refere que a avaliação exercida apenas com função de classificar alunos não dá ênfase ao desenvolvimento e em pouco, ou em quase, nada auxilia no crescimento deles na aprendizagem.

Ora, diante dessa proposição, importa sublinhar que no contexto moçambicano parece prevalecte a prescrição na avaliação reguladora marcada essencialmente pela preparação e realização do provas/exame, se não observe-se que, ao abrigo da Instrução Ministerial Nº 1/2012, o principal objectivo da introdução desta estratégia de avaliação denominada "Avaliações/Testes Províncias", que é antes de mais, na opinião de Omar e Carangueza (s/d), uma designação que deixa muita subjectividade e abstracção no significado prático da mesma, havendo igualmente objectividade da avaliação das aprendizagens dos alunos e do currículo, é incentivar aos professores a desenvolverem as competências básicas de aprendizagem e familiarizar os alunos com avaliações externas como o caso de exames realizados na 10ª Classe e 12ª Classe.

Neste debate, Senguaio (s/d) faz referência a percepção de Lewy (1979) que defende que avaliar significa examinar se os objectivos educacionais desejados foram ou não alcançados. Em função desse postulado, a avaliar pelo layout da actual modalidade de avaliação, e a luz dos objectivos e competências que se esperam que

sejam materializados ao longo do processo (2º ciclo do ESG), é difícil medir de forma cabal as competências dos alunos. A fundamentação disso prende pela inexistência de um espaço em que o estudante possa demonstrar a sua competência.

Conclui nessa base Souto-Maior (2010), não é eficaz uma avaliação com prática avaliativa de sondagem, que se destina a somente verificar graus de aprendizagem do aluno ou domínios de pré-requisitos, no início das actividades de um curso. Apresentando carácter de natureza classificatória e podendo trazer enormes prejuízos aos estudantes.

Metodologia

A metodologia da pesquisa foi mista, apoiada num estudo exploratório-descritivo (qualitativo) e (quantitativo) para a obtenção dos dados através da entrevista e de inquérito. A sua escolha deveu-se pelo facto de que as realidades sociais se manifestam de formas mais qualitativas do que quantitativas, dificultando procedimentos de manipulação exacta (GERHARDT & SILVEIRA, 2009). E dada a especificidade da pesquisa, julgou-se ainda necessário adoptar a abordagem quantitativa, por possibilitar descrever a complexidade de determinado problema (Findlay; Costa & Guedes, 2006), traduzindo-os em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, com recurso a recursos e técnicas estatísticas - percentagem. Se trata duma pesquisa aplicada, pois, ela objectiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos (Prodanov & Freitas 2013).

E porque a pesquisa envolve um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objectos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento é igualmente classificado como estudo de caso. Esta pesquisa esteve voltada mais para a aplicação imediata de conhecimentos nas Escolas Secundarias da Zona Verde e Lhanguene (Prodanov & Freitas 2013). A população foi constituída por professores das duas escolas que leccionam a 12ª classe. Desta foi extraída uma amostra de 24 professores, correspondendo a 12 professores de cada escola, seleccionados por acessibilidade. A opção por este método de selecção deu-se pelo facto de este permitir ao pesquisador seleccionar os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo e pela conveniência de

aplicar-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão (Gil, 2008).

Os dados quantitativos colectados através de questionários foram analisados usando o pacote estatístico Excel do Microsoft Office 2013, através do qual as variáveis foram cruzadas e extraídas as frequências e as respectivas percentagens. Os dados qualitativos colectados através de entrevistas foram analisados agrupando as categorias para determinar as principais tendências de opiniões dos respondentes quanto sua compreensão sobre o alcance da avaliação de competências através das Provas Provinciais.

Análise e Discussões dos Dados

Os dados foram organizados em três categorias, nomeadamente Processo de Avaliação de Competências no processo de ensino-aprendizagem (PEA), Procedimentos de elaboração das propostas de Provas Provinciais da 12ª Classe e Significado que os professores atribuem as Provas Provinciais na Avaliação de Competências dos alunos da 12ª classe, como a seguir se apresenta.

Processo de Avaliação de Competências no processo de ensino aprendizagem.

Nesta secção foi feita uma abordagem à volta do processo de avaliação de competências no processo de ensino aprendizagem (PEA), tendo sido colocadas várias questões de respostas múltiplas aos 24 professores inquiridos por questionário. A maioria dos professores (62%) aceitarem que para avaliar competências, primeiro deve-se seleccionar exercícios situações-problema que representam situações do quotidiano do aluno. Sendo que esta situação-problema conducente a avaliação de competências deve traduzir-se num produto observável e avaliável (50%), tal como defende Ketele (2006) e actuação competente pressupõe verificar o agir em situação mobilizando nessa acção de forma integrada e equilibrada, conhecimentos, capacidades, procedimentos e atitudes (Peralta in Abrantes & Araújo et al., 2001).

Ora, só uma minoria (25%) dos professores inqueridos esteve certa ao assinalar que na avaliação por competências o que importa é sempre o resultado final, pois segundo Perrenoud (1999 citado por Mapelli, 2009, p. 31), “para ser considerado apto na competência, o candidato deve atingir os padrões de desempenho

determinados pela norma em cada um e em todos os elementos de competência, não sendo permitida a compensação de escores das avaliações. Na avaliação por competências o que importa é sempre o resultado final”.

Procedimentos de elaboração das propostas de Provas Provinciais da 12ª Classe

Quando questionados sobre a entidade responsável pela selecção de professores para a elaboração de propostas de Provas Provinciais, 42% dos respondentes assinalou que a Direcção Provincial de Educação e Cultura é órgão competente para o efeito, prescreve a Instrução Ministerial Nº1/2012. Pautando pela indicação (46%) dos Delegado de Disciplina (33%). Esta instrução apenas recomenda no seu nº 3 sobre os Provimentos a Nível Provincial que o grupo de cada disciplina deve composto de 5 professores de reconhecida competência.

No que refere à composição das provas, 87% dos professores inqueridos disse que nas PP's predominam questões de tipo múltipla escolha, das matérias já avaliadas durante o trimestre (50%) e a decisão a respeito das matérias a avaliar resulta do debate a nível do painel de elaboração, como disse 58.3% dos professores envolvidos no estudo.

Provas com questões de escolha múltipla distanciam-se demasiado da possibilidade de avaliar competências, pois segundo Nuhs e Tomio (2011, p. 276), “para avaliar essas competências é preciso criar situações para o estudante expressar a opinião, defender ou argumentar sobre uma situação de conflito, entre outras”. Por outro lado, Souto-Maior (2010, p. 49), assevera que na prática avaliativa instalada nas escolas nos dias actuais, “os professores passam a ensinar em função das provas e elaborar as provas em função dos objectivos dos programas de ensino, tornando o aprendizado uma mera adestrção de alunos que são preparados momentaneamente para suas provas e exames, deixando a fixação de conteúdos importantes para segundo plano”. E para o mesmo autor, a liberdade concedida a muitos professores é factor de injustiças na medida que são formuladas questões que não estão adequadas à realidade das aulas ministradas (Souto-Maior, 2010).

Significado que os professores atribuem as Provas Provinciais na Avaliação de Competências dos alunos da 12^a classe

Para responder esta secção foram colocadas questões respondidas com recurso na escala de Likert. Quando questionados se denota-se harmonia entre os objectivos curriculares previstos, as matérias leccionadas e os conteúdos avaliados nas PP's, 41.7% dos professores disse concordar plenamente e 37.5% disse concordar. E acrescentaram os professores dizendo:

[...] apesar de vários inconvenientes, julgo boas, trazem um equilíbrio entre o professor e os objectivos preconizados, bem como avaliar os conhecimentos dos alunos (EcP-1). Mas, as Provas Provinciais apresentam erros na formulação de questões em alguns casos (EcP-2).

Apesar do proferido equilíbrio entre o ensino e os objectivos, deve-se ressaltar que é difícil cumprir com os conteúdos previstos no programa de ensino. Um dos indicadores deste não cumprimento é o facto de que “durante a realização das PP's algumas tarefas são anuladas pelos professores porque tais conteúdos não foram ensinados (EcP-3)” acrescenta uma fonte ouvida.

Quando confrontados se a combinação da estrutura às técnicas utilizadas nas PP's permite avaliar as competências dos alunos de forma cabal, teve que 8.3% dos 24 professores disse que concorda plenamente, 20.8% concorda, 25.0% não concorda nem discorda, 25.0% disse que discorda, 16.7% discorda plenamente e 4.2% não avaliaram a questão. Perante as respostas, pode-se perceber que apesar da longa familiaridade com as PP's, os professores pouco acreditam que estas permitem avaliar as verdadeiras competências dos alunos, pela possibilidade de acertos das questões ao acaso.

Na disciplina de Língua Portuguesa [...], é de extrema importância a avaliação da escrita, mas geralmente, os testes aparecem com perguntas 100% múltipla escolha, sem descurar o facto de o tempo que se disponibiliza para tal “produção escrita” que seria onde ensinaríamos a transformar uma ideia

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**Volume 1, Número 6, Ano: 2024 - ISSN: 2764-0337***em discurso escrito ser insuficiente (EcP-4), só para citar um exemplo.*

A esse domínio, Senguaio (S/D) e Nhapulo et al., (2004) argumentam que muitos alunos, não interessados em aprender, estimulam-se ao uso de sorte em suas avaliações nas questões de múltipla escolha, utilizando uma das falhas desse método onde é rotineira a tentativa de acertar as respostas pela intuição.

Foi igualmente questionado aos professores se as provas provinciais (PP's) sugerem ao professor o real estágio dos alunos em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes. A dispersão de respostas sobre esta questão (29.2% concorda plenamente, 33.3% concorda, 16.7% não concorda nem discorda, 4.2% discorda, 12.5% discorda plenamente e 4.2% não tinha nenhuma opinião) mostra que os professores são reticentes da possibilidade de avaliar os verdadeiros conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos com recurso as PP's. Defende com isso De Sousa (2013), que a avaliação de competências pode ter por base os testes escritos - caso das PP's, que consiste em um instrumento de registo de informações sobre dificuldades, os êxitos, as opiniões, os conhecimentos, as atitudes dos alunos.

A possibilidade de avaliar competências com recurso à uma avaliação massiva é também defendida por Roldão (2008), ao afirmar que a questão das avaliações externas, não constitui um obstáculo a um trabalho escolar orientado para competências, mas pelo contrário, torna-se indispensável nesse contexto e só uma aferição trans-escolar permite comparar resultados e saber qual o grau global de sucesso da escola na consolidação ou consecução dessa competência essencial para toda a população.

Considerações Finais

Diante da primeira categoria sobre o processo da avaliação de competências dos alunos, os resultados não podem ser generalizados, pois, embora compreendam que a competência é um constructo complexo, o qual exige a utilização de processo de avaliação também complexo, que consistirá em utilizar os meios possíveis que permitam reconhecer se os esquemas de actuação que os alunos aprenderam podem lhes ser úteis para superar situações reais em contextos também reais, portanto, os meios para avaliar competências devem ser aproximações a essa realidade, são

reticentes no que concerne ao instrumentos com tarefas e critérios que permitem a formulação de juízo fiável para a avaliação de competências, pois, para poder avaliar competências é necessário ter dados fidedignos sobre o nível de aprendizagem de cada aluno em relação à competência em questão. Isso requer o uso de instrumentos e meios muito variados em função das características específicas de cada competência e do contexto em que esta deve ou pode ser realizada.

Sobre o processo de elaboração das propostas Provas Provinciais da 12ª classe nas Escolas Secundárias de Lhanguene e Zona Verde, chegou-se à ilação de que a nível da escola a elaboração das PP's é marcada pela subjectividade em termos de critérios de selecção de professores, de matérias bem como do tipo de questões a compor a prova, assim, a elaboração das propostas é feita pelos Delegados de Disciplina por indicação da DPE, sendo que no geral, nas mesmas são dominantes questões de tipo Múltipla Escolha, recaídas sobre matérias geralmente já avaliadas no decurso do trimestre, o que descura a possibilidade de discussão profícua para a posterior aprovação em grupo composto de 5 professores de cada disciplina e de reconhecida competência, como faz referência o nº 3 dos Provimentos a Nível Provincial da Instrução Ministerial nº 1/2012.

Quanto ao significado que os professores das escolas estudadas atribuem as PP's na avaliação de competências dos alunos da 12ª classe, a investigação aponta que as PP's desempenham um papel importante no controlo do sistema de ensino, visto que permitem fazer uma apreciação do grau de cumprimento do programa do ensino em termos de desempenho das escolas e situar de forma global a situação pedagógica dos alunos e ajuda aos alunos a familiarizarem-se com as avaliações externas os exames finais. A investigação ainda aponta que as PP's desapropriam os professores dos seus fazeres pedagógicos, ou seja, o professor perde autonomia profissional e passa a ser cumpridor e sujeito não activo dos objectivos e de normas impostas pelos superiores.

No que diz respeito a metodologia de avaliação de competências, as PP's por serem provas escritas são muito limitadas, pois reflectem apenas o domínio de conhecimentos, como do cálculo, da escrita ou do desenho, ou outros mais cognitivos como a transferência, a classificação ou a dedução, sendo terminantemente incapazes de aferir todos os demais componentes competências, como a habilidades de expressão oral, de trabalho em equipe, a observação, etc. e atitudes.

Referências

DE KETELE, Jean M.. Caminhos para a Avaliação de Competências. In Revista portuguesa de pedagogia. Ano 40-3, 2006. pp.135-147

FINDLAY, Eleide Abril Gordon; COSTA, Mauro A. & GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. Guia para apresentação de projectos de pesquisa. 2.^a ed. Ver. e act.. UNIVILLE. Joinville, SC, 2006

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. [Org] Métodos de pesquisa. 1^a ed. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2009

JORNAL O PAÍS. Direcção Provincial de Educação anula provas em 36 escolas na Cidade da Matola. Escrito por Redacção Sexta, 05 Agosto 2016 17:03.

MACHANGUANA, Robson Sansão C. A Supervisão Pedagógica como alicerce para o Desenvolvimento Profissional do professor: Estudo de Caso Escola Primária Completa Acordos de Lusaka-Matola. Monografia de Licenciatura em Ciências da Educação. Faculdade de Ciências da Educação e Psicologia. Universidade Pedagógica. Maputo, 2017. 88pp

MAPELLI, Denis A. Avaliação por Competência: Um desafio ao Docente. Curso de Especialização em Formação. Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas. ASSEFRENI. Porto Alegre - RS Janeiro, 2009

MEC-INDE. Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG): Documento Orientador, Objectivos, Política, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação. Novembro de 2007.

MENDONÇA, Maria E.N.. Aprendizagem e Avaliação de Competências na Escola Moderna. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação/Currículo. Departamento de Ciências da Educação. Universidade da Madeira. Funchal, Novembro 2007. 385pp.

MENEGOLLA, Maxmiliano e SANT'ANNA, Iza M. Por que Planejar? Como Planejar? Currículo - Área - Aula. Col. Escola em debate. 13^a ed. Vozes. Petrópolis, 2003.

NUHS, Aline Cristiane e TOMIO, Daniela. A prova escrita como instrumento de avaliação da aprendizagem do aluno de Ciências. In Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 22, n. 49, Maio/Ago. 2011. pp.259-284

OLIVEIRA, Adriana; APARECIDA, Celena e SOUZA, Gelsenmeia M.R.. Avaliação: conceitos em diferentes olhares, uma Experiência vivenciada no curso de pedagogia. 2012. pp.2383-2397.

PERALTA, Maria H. "Como avaliar competências? Algumas considerações". In ABRANTES, Paulo e ARAÚJO, Filomena (Coords.). Avaliação das aprendizagens. Ministério da Educação. Lisboa, 2001. pp.25-33.

PRODANOV, Cleber Cristiano e DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] - métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo, 2013.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE - Ministério da Educação. Diploma Ministerial nº 59/2015: Aprova o Regulamento Geral de Avaliação do Ensino Primário, Ensino Secundário Geral e Alfabetização e Educação de Adultos. Publicado em Boletim da República I Série, Número 33, de 24 de Abril de 2015.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE - Ministério da Educação. Instrução Ministerial nº 01/2012: Atinente a Realização de Avaliações finais do 1º e 2º trimestre.

ROLDÃO, Maria C.. Gestão do Currículo e Avaliação de Competências: As questões dos professores. Col. Ensinar e Aprender. 5ª ed. Editorial Presença. Lisboa, Setembro, 2008

SENGUAIO, Edson M.. Reflexão sobre o uso de Provas de Escolha Múltipla nos exames do 2º ciclo do Ensino Secundário Geral em moçambique. Departamento de Ciências de Linguagem, Comunicação e Artes Universidade Pedagógica de Moçambique. Manica. S/D. 12pp.

SOUTO MAIOR, Alessandra P.R.V. Considerações clássicas sobre avaliação. Monografia de especialização em docência do ensino superior. Instituto a Vez do Mestre. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2010. 36pp.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 24/01/2024

RECEIVED: 24/01/2024

RECIBIDO: 24/01/2024

APROVADO: 25/04/2024

APPROVED: 25/04/2024

APROBADO: 25/04/2024